

 Julien Fretel

Qual sociologia para o estudo dos partidos políticos conservadores?

A sociologia dos partidos políticos em geral e do militantismo em particular, especialmente na França, negligenciaram por muito tempo os partidos de direita.¹ Podemos, em seu propósito, falar sem hesitar de um ponto cego politológico, tal o modo como foram maltratados, relegados muito atrás das formações de esquerda. Para nós, uma das razões desse desinteresse deve-se ao fato de que a tipologia de Maurice Duverger, que distingue os “partidos de massa” e os “partidos de quadros”, tão heurística como foi durante décadas, focalizou muito fortemente a atenção dos pesquisadores sobre as entidades partidárias moldadas nesse modelo, a saber, essencialmente os partidos comunista e socialista. Tal efeito de ótica nada tem de surpreendente quando sabemos que Maurice Duverger inspirou-se essencialmente nesses dois tipos de organizações partidárias para construir sua tipologia. E, embora insistisse sobre o dever de prudência que exige o manejo de tais ideais-tipos, cujo formalismo torna forçosamente imperfeita a projeção sobre as realidades dadas, tudo se passou como se a comunidade intelectual, em coro, tivesse tomado o modelo pela realidade e vice-versa. Uma de suas consequências foi a de afastar as formações políticas conservadoras dos campos privilegiados da pesquisa sociológica em nome de sua demasiada impureza empírica, por assim dizer. Durante cerca de quarenta anos, os partidos de direita foram como que to-

¹ Do original “Quelle sociologie pour l’étude des partis politiques conservateurs?”. Traduzido por Frederico Spada Silva e Soraia Marcelino Vieira. Revisão técnica de Daniella de Castro Rocha.

dados de ilegitimidade científica. Porque aparentemente distantes demais dos partidos de massa e, em certa medida, dos partidos de quadros, tanto “facial” como ideologicamente, eles foram considerados partidos genéricos, “pseudopartidos” que mereciam, na melhor das hipóteses, somente a atenção oblíqua de especialistas em sistemas partidários².

Por sorte, no que diz respeito à imaginação tipológica, os tempos certamente mudaram bastante. O célebre díptico de Maurice Duverger, se cremos na maioria dos teóricos atuais, parece hoje atingido pela obsolescência. Nenhum intelectual, ou quase nenhum, se arrisca mais a classificar os partidos franceses e europeus segundo aquela dicotomia. A previsão de Maurice Duverger, que via se perfilar no horizonte a institucionalização e a generalização dos partidos de massa como estágio avançado da democracia representativa moderna, foi, certamente, desmentida pelos fatos. Sem dúvida, a morte lenta do Partido Comunista Francês (ver PUDAL, 2002) – o “partido de massa” por excelência, esse “modelo”, no sentido artístico do termo, poderíamos dizer, que tanto inspirou seu criador – contribuiu para alterar a dupla noção “partido de quadros/partido de massa”. As realidades partidárias mudaram. O que Maurice Duverger criou não existe mais. No entanto, nos é necessário conservar muitos ensinamentos. Pensemos na ideia que ele defendera de se dar mais atenção à estrutura do que às ideias ou aos programas defendidos pelos partidários desse ou daquele grupo. Pensemos ainda em sua preocupação em voltar à gênese das formações partidárias para melhor compreender a institucionalização dos partidos políticos.

O modelo duvergeriano está ultrapassado. Evidentemente. Não é certo, entretanto, à hora de seu crepúsculo, que nossos intelectuais contemporâneos tenham tirado todos os ensinamentos necessários a propósito de um modelo que foi tão brilhante quanto cegante. Engels sabiamente explicou que o “conceito de cão não late”, mas esta advertência substancialista não foi visivelmente entendida. Para se convencer disso, basta ver com que complacência e tão pouco exame empírico o conceito de “partido-cartel”, proposto por Richard Katz e Peter Mair, foi posto em circulação (KATZ e MAIR, 1995). Não foi necessário muito tempo para que se cometessem

² Estamos bem conscientes de evocar aqui numerosas evidências. Estas já foram destacadas, particularmente, por Michel Offerlé (*Les partis politiques*, Paris, 1997) de modo mais geral. Parece, entretanto, que isso não teve todos os efeitos previsíveis, e menos ainda no que diz respeito aos estudos sobre a direita francesa.

pouco depois as mesmas escórias em termos de reificação. Assim, sob a pena desses recentes inventores, cujo sucesso decorre em parte do fato de terem inventado um modelo foneticamente atrativo (*partido-cartel*; *partidos em cartel*) e em consonância com nosso conhecimento imediato dos universos partidários, podemos, então, ler aí que, doravante, o partido de massa não existe mais. É preciso crer que é verdadeiramente assim, ao menos é esta a impressão que obtemos quando lemos os últimos manuais anglo-saxões de ciência política.

De nosso ponto de vista, se o modelo de *Partido de massa* efetivamente mostrou seus limites, em razão de uma taxa de usura bem “natural”, o outro modelo pelo qual se viu substituído não é esclarecedor. Desejando se colocar contra o modelo anterior, seus partidários cometem uma infinidade de erros tanto nominalistas como substancialistas. É preciso também lembrar que nenhum desses dois modelos teve ou tem, *na realidade*, existência própria, senão, *logicamente*, na mente dos intelectuais que os escolheram e que ainda os escolhem por pensá-los claros! Isso, entretanto, não significa que eles não tiveram ou não tenham utilidade, longe disso. Parafraseando Guy Michelat e Michel Simon (2004), para quem a *classe operária* de que se falava há pouco tempo dependia parcialmente de um artefato, estaríamos inclinados a dizer que tanto o *partido de massa* não é mais aquilo que verdadeiramente nunca foi, como o *partido-cartel* corre o risco, se não o vigiarmos, de não se tornar aquilo que em realidade não é. Experimentamos aqui os limites da prática tipológica e confundimos, para retomar Karl Marx, as coisas da lógica e a lógica das coisas. Para recolocar um pouco de ordem nesta situação confusa, em que não sabemos mais aquilo que importa ver ou compreender nos partidos políticos hoje, poderíamos resumir as coisas da seguinte maneira: o antigo modelo duvergeriano sucumbiu sob a pressão de realidades partidárias inéditas; ele não é mais capaz de dar conta dos processos de construção da realidade partidária; essas novas realidades aguardam desde então outras formalizações. A noção de partido-cartel é, na melhor das hipóteses, uma tentativa de compreender esquematicamente aquilo que se desenha sob nossos olhos em matéria de construção partidária, é um ponto para pesquisa, e, na pior das hipóteses, é uma noção fetiche que tomamos à palavra por uma realidade. Lembremo-nos dos ensinamentos de Max Weber a propósito da tipologia. O interesse de uma tal intelecção é o de confrontá-la com a realidade pela experimentação, de testá-la, e não de a abraçar ingenuamente.

É de se reacear que, infelizmente, mal nos tenhamos livrado dos excessos do modelo duvergeriano, entramos por completo em uma outra tipologia.

Sob o risco de manifestar uma preferência pelo cinismo, devemos reconhecer, deixando tudo de lado, que essa nova tipologia tem ao menos um mérito. Clamando a renunciar aos antigos modelos, a despeito de si mesma, ela pôs fim a uma hierarquização nociva dos objetos partidários. Pois, se outrora os partidos de esquerda, a bem dizer, eram apreciados face às formações de direita reputadas não conforme os cânones nocionais em vigor, hoje quase nada disso é verdade. Certamente, os efeitos da história ainda são pesados, mas essa mudança de paradigmas, caso seja incontrolada, horizontalizou as cotações das organizações políticas no mercado dos objetos científicos legítimos. Raciocinar como se as formações políticas fossem *cartéis* equivale, com efeito, a considerar que todas as empresas partidárias constituem campos de estudo para proveitos heurísticos imediatos. A atração científica pelos partidos de direita, desde então, está em marcha. E isso sem contar que, a se crer em numerosos especialistas, que estão, de passagem, mais interessados nas grandes investigações comparativas do que na etnografia a céu aberto das organizações políticas, os partidos de esquerda, com o fim das ideologias e a globalização liberal, seriam “des-massificados”, enquanto os partidos de direita seriam “densificados”³. Compreendamo-lo bem: esquerda e direita, sob os recentes microscópios dos especialistas, são tão parecidas que uma única lente, doravante, é bastante para estudá-las. Assim, no atual estado de coisas, um acordo, ao que parece, foi estabelecido para afirmar que a maioria das organizações políticas contemporâneas, no seio da Europa ocidental, tanto de direita como de esquerda, é alvo de um processo de “cartelização” cujos efeitos seriam, não necessariamente nessa ordem, o eleitoralismo, o aumento do conluio interpartidário e uma cesura jamais vista entre a sociedade política e aquela a que alguns chamam “sociedade civil”⁴. Apesar dos riscos inerentes a uma tal generalização, a analogia empresarial (no sentido da empresa política) que carrega a noção de *partido-cartel* reabilitou *ipso facto* os partidos de direita entre os campos de estudos legítimos.

Se nos alegramos por ver as direitas cientificamente reabilitadas, essa história paradigmática iniciada sob a era dos *partidos de massa*, de resto,

³ Para um retorno racional e crítico à história dos partidos políticos na Europa, ver Fretel e Lefebvre (2009).

⁴ Para um aprofundamento e um olhar crítico sobre a noção de partido-cartel, ver Aucante e Dezé (2009).

deixou traços. Ainda hoje, os estudos sobre os partidos de direita são, de todos, os menos abundantes, o que prova que a recuperação ainda não teve lugar, e mesmo que numerosas desconfiças conceituais continuam pesar. As formações de direita, queiramos ou não, são ainda consideradas como avatares, como organizações de estruturas excessivamente frouxas e cujos líderes agiriam com completa independência, por falta de um suficiente centralismo e de poderes militantes⁵. Tudo se passa como se elas não fossem vistas como *organizações*. Nossa posição, contrariamente a tais preconceitos, é de estudar as direitas, quaisquer que sejam, não pelo que elas deveriam ser em vista desta ou daquela tipologia previamente formulada, mas pelo que elas são, isto é, grupamentos políticos que têm seus princípios de institucionalização. É a este preço que se torna possível generalizar, afinar, revisar ou fazer utilmente interromperem-se os conceitos correntemente utilizados para compreender racional e funcionalmente as organizações políticas.

É o que nós nos propomos a demonstrar aqui nos apoiando em nossos trabalhos realizados sobre a *Union pour la Démocratie Française* (União para a Democracia Francesa – UDF) entre 1998 e hoje. A UDF – ou o Modem⁶, desde 2008 –, nessa perspectiva, aparece como um exemplo típico na medida em que a ciência política, e por meio dela a maioria dos manuais e das obras teóricas sobre os partidos políticos, negou-lhe por muito tempo o estatuto de partido político *stricto sensu*. Por falta de “consistência” suficiente, de “democracia interna” e de “progressismo ideológico”, essa organização se viu abraçar o título de “partido de notáveis”, isto é, de “ganga vazia”, pouco provida de militantes e dotada de dirigentes acusados de “individualismo”. Não causa dúvida aqui que a história e a historiografia, nesse caso, contribuíram para fixar uma imagem errônea das formações conservadoras, transformando-as em objetos pouco frequentáveis. Não era mesmo René Rémond (1954), em *Les droites en France* (As direitas na França), que ex-

⁵ Não pensamos que a desigualdade de tratamento de que são vítimas os partidos de direita tenha como única causa a ortodoxia com a qual se fez o modelo de Maurice Duverger. Outros fatores estão presentes, sem dúvida alguma. Haveria, por exemplo, muito a se dizer e a compreender de tudo o que diz respeito à questão das escolhas pessoais de objeto operadas pelos pesquisadores. É, com efeito, altamente provável que essas relações tenham a ver, ao menos em parte, com o ethos social e/ou político dos politistas. Sem dizer que essa perspectiva eminentemente epistemológica, porque toca a relação íntima com o objeto, tão necessária ela seja, é a mais difícil de se questionar hoje, porque das mais polêmicas. Longe de nós, no entanto, a ideia de que essas escolhas resultem de decisões arbitrárias banalmente políticas.

⁶ Tal como a UDF é oficialmente renomeada a partir de 2008 (Modem, Movimento Democrático).

plicava que a direita era aversa à organizar-se sob a forma partidária? Ao inverso dessas pré-noções, nosso estudo tentou mostrar que a UDF podia ser estudada como um partido político como os outros, não menos em todo caso do que os outros, a saber, como uma instituição partidária, com suas regras, seus papéis, suas normas, enfim, com seu lote de exigências sem as quais não podem existir os jogos e as crenças individuais e coletivos que fazem o partido. Neste artigo, insistiremos mais particularmente sobre dois aspectos do funcionamento da UDF suscetíveis de fomentar o debate no campo da formalização teórica e por meio dos quais, frequentemente, se estabelecem os indícios de consistência partidária. Mostraremos, primeiramente, que a sociologia das instituições que exige a objetivação de uma tal formação política pode ser um meio de enriquecer certas reflexões sobre as maneiras de ser dos dirigentes. Estudar melhor os dirigentes, sem ilusão heroica, de outra maneira que não como criadores incriados, é indicar o que eles “devem” à organização que habitam. Abordaremos, em seguida, a questão do militantismo partidário, tendo como objetivo a vontade de se desfazer de certo número de hábitos de pensamento sobre o que se filiar a partidos políticos – ainda que sejam eles conservadores – pode querer dizer, inclusive quando se crê, *a priori*, indicar os sinais de uma atonia militante. Para nós, é procurando pensar às avessas, contra as aparências, que um objeto de estudo faz avançar toda uma teoria geral, aqui, no presente caso, aquela dos partidos políticos.

A direita dos “notáveis” revisitada

Ainda hoje, um dos reflexos que existem frequentemente na sociologia dos partidos políticos é o de comparar os dirigentes de direita a *notáveis*. Essa maneira de caracterizar os eleitos ditos “conservadores” – e, portanto, indiretamente, de definir o que são os partidos de direita – evoca possivelmente a extrema incompletude das expressões indexadas caras aos etnometodologistas (CICOUREL, 1979). Dizer que os dirigentes de direita são notáveis, na maior parte do tempo, é como recorrer a uma espécie de “*et cetera*”, simulando dar uma resposta àquilo que exige, ao contrário, um questionamento rigoroso e uma exploração empírica. Notemos, de passagem, que tanto os dirigentes do Partido Socialista como aqueles do Partido Comunista também não são completamente poupados por essa categorização fácil, exceto quando a analogia de que são objeto é mais bem controlada cien-

tificamente⁷. A propósito da direita, tal facilidade de linguagem não veicula, evidentemente, o mesmo sentido. A metáfora é tecida com mais ou menos sutileza e anacronismo, certamente. Roçamos com frequência o oxímoro, especialmente quando falamos de “notáveis modernos” ou de “tecnotáveis”. Não é menos verdadeiro que a ambiguidade com a qual esse termo é citado para falar das direitas é tal que uma explicação se impõe.

De um lado, parece-nos precipitado entender que a direita moderada, desde sempre, fora encarnada por representantes pertencentes a uma única e mesma categoria social, ela mesma imutável. Pois o que significa exatamente a categoria “notável”? Tudo leva a crer que essa expressão, não obstante datada e utilizada para circunscrever um grupo social imediatamente posterior ao Antigo Regime⁸, serviu para designar um grupo político que, devido à sua fortuna pessoal e à estima social de que goza, se impõe no campo político como que *naturalmente*, sem necessidade de ajuda de qualquer organização política. É desconhecer a história das direitas pensar que essa família política se erigiu no ar, fora das instituições! Um historiador como Christophe Charle mostrou, ao contrário, que os séculos XVIII e XIX viram seus notáveis se transformarem social e economicamente e, pouco a pouco, se renovarem (CHARLE, 1991). Então, estamos no direito de nos perguntar se os especialistas da direita, convocando alegremente a figura do notável sem um exame crítico preliminar, não manipulam uma pseudonoção que remete menos a uma realidade do que a um mito, uma caricatura e mesmo um estigma⁹. Os trabalhos de Éric Phélippeau (2002) sobre o barão de Mackau nos levam, de toda maneira, a pensá-lo. Ele defende o argumento segundo o qual os notáveis estão em vias de desaparecer no final do século XIX, de um lado, mas, mais ainda, mostra que esses ditos notáveis, desde que tenham se mantido politicamente, se aclimataram largamente à política “moderna”. A observação que ele faz após ter estudado as eleições municipais de 1889 é esclarecedora sobre esse ponto:

Mais do que nunca, essa campanha revela a osmose crescente entre dois mundos cada vez menos antagonistas: o dos grandes notáveis e o dos partidários, alguns grandes notáveis como Mackau tendo aceitado acelerar o passo e se converter à

⁷ Ver, por exemplo, Lacorne (1980).

⁸ Para um estudo aprofundado dos notáveis na França, ver Tudesq (1964).

⁹ Ver, no entanto, a contribuição de Claude Sorbets (1988).

política sem abandonar completamente suas antigas maneiras de fazer as coisas, outros, mais modestos, tendo encontrado próximo da elite parlamentar da nobreza ou da alta burguesia as bases ou as proteções necessárias para afirmar sua pretensão de representar. (PHÉLIPPEAU, 2002, p. 303)

Essas observações demasiadamente breves mereciam ser aprofundadas, a tal ponto políticos e historiadores das direitas parecem, infelizmente, concordar com o fato de que a história das formações conservadoras francesas foi escrita, unicamente, senão por seus “grandes homens”, ao menos por seus “notáveis” (FRETEL e LEFEBVRE, 2009). Esqueceram-se os militantes, as redes socio-políticas, os meios católicos, as escolas de formação e as associações que permitiram a institucionalização das direitas na França e na Europa! Sem querer ignorar as virtudes metafóricas do uso do termo “notável”, mesmo porque ele permite perceber e caracterizar certas propriedades políticas não partidárias que fundam a elegibilidade dos candidatos aos cargos, é útil então sublinhar que a “notabilidade” não se opõe forçosamente ao “partidarismo”. Não é porque os “notáveis” de direita são, aparentemente, movidos pela rejeição a uma forma específica de empresa política, o “partido de massa”, para ser sucinto¹⁰, que eles não estão, de um modo ou de outro, encerrados nos quadros institucionais que os constroem, que eles não são tomados pelos jogos de interdependências e pelas alianças que eles criam ao participar da competição política.

Poderemos retorquir que a imagem que empregamos para designar os eleitos e seus partidos importa menos, ao final, do que os modos de exercício do poder que promovem. E, com efeito, uma observação desses dirigentes permite-nos pensar, para além das palavras que os designam e os termos que os caracterizam, que eles agem com uma extrema independência frente ao partido e aos militantes. Não o negamos. E é, em todo caso, a impressão que os próprios eleitos da UDF, do Modem ou do *Nouveau Centre* (Novo Centro) dão hoje, por exemplo. Um estudo mais aprofundado, tendo recorrido à técnica biográfica e pedindo auxílio a uma etnografia multiníveis¹¹, permite

¹⁰ É verdade que a maioria das formações de direita buscou escapar do modelo partidário que o Partido Comunista queria impor. E uma das questões que se tornam pertinentes é a de se perguntar o que essa rejeição discursiva e ideológica produziu como efeito organizacional sobre as direitas.

¹¹ Por etnografia multiníveis, ouvimos falar do trabalho de observação que se aplica a acompanhar a população investigada em seus diferentes lugares de exercício do ofício político. Aqui, trata-se de acompanhar os eleitos tanto em suas instituições locais (coletividades territoriais, associações diversas, postos eletivos com ou sem administração) como no seio do partido ao qual estão afiliados (seção, federação departamental, corrente mais ou menos formal, sede nacional).

mostrar, no entanto, o pouco proveito que traz o uso do termo “notável”, sobretudo quando esse último leva a não ver que aqueles eleitos tiveram uma carreira, tiveram socializações e, enfim, que eles não se lançaram sozinhos na competição para suas posições de poder. O recurso às histórias de vida faz chegar a uma outra realidade na qual esses sujeitos menos individualizados do que se diz estão, de fato, muito mais subordinados aos quadros institucionais nos quais se movem do que se crê.

Se é verdade que os dirigentes de centro parecem se comportar como empresários políticos particularmente independentes que claramente fazem primar a defesa de seus interesses eleitorais sobre a ideologia, isso seria precipitar-se demais, limitar-se ao que é evidente e concluir, a propósito, que a UDF é, efetiva e literalmente, somente um partido de eleitos. Se a densidade militante é comparativamente mais reduzida do que no Partido Socialista, no Partido Comunista ou na UMP (*Union pour le Mouvement Populaire* [União para o Movimento Popular]), se a maneira como os dirigentes se comportam na cena política parece se realizar sem constrangimentos organizacionais, e mesmo, às vezes, sem partidários, não é menos verdadeiro que seus feitos e gestos não têm nada de espontâneos. Se nos damos ao trabalho de retornar à natureza dos meios partidários nos quais suas carreiras criaram raízes, bem como às características próprias da organização partidária que lhes permitiram desfrutar essa independência de fachada, a instituição partidária a que pertencem se impõe muito mais do que se diz.

Em primeiro lugar, contrariamente ao que muitas vezes foi dito em diferentes manuais, os eleitos de centro não são nem mais bem nascidos nem mais abastados do que o conjunto dos profissionais da classe política de que fazem parte. Nesse sentido, sua elegibilidade não se apoia em um patrimônio familiar ou social mais importante do que aquele de seus concorrentes. Em segundo lugar, como demonstramos em nosso trabalho de tese (FRETEL, 2004a), uma grande maioria desses “independentes” conheceu um percurso militante feito de engajamentos religiosos, cívicos, humanitários e partidários que revelam socializações institucionais sucessivas muito numerosas. Nesse sentido, eles são os produtos de numerosos agrupamentos e de ações coletivas. Eles não converteram, por assim dizer, nada ou quase nada de sua estima social no campo político que não tenha sido adquirido durante aquelas carreiras, muito mais militantes do que se disse e do que bem querem dizer os próprios eleitos. Atenção uma vez mais às palavras. No caso dos

partidários da direita, dizer-se “militante” nem sempre é uma boa escolha, de tal forma esse termo remete aos símbolos das maneiras de conduzir as lutas na esquerda. Na direita, não se é “militante”, “defendem-se as ideias”. O que não impede de sacrificar tempo e energia a uma causa, ainda que partidária.

Para voltar a essas carreiras extremamente ativas no plano associativo, convém lembrar que, por meio dessas experiências fundadoras, tratou-se não apenas de se apropriar dos *savoir-faire* em termos de mobilização, de adquirir uma cultura política, uma visão de mundo, em suma, mas também, é importante sublinhá-lo, de se filiar a diversas redes sociopolíticas face às quais as fidelidades se atenuaram. Em outros termos, assumir seu papel de dirigente onipotente no partido não significa absolutamente que se esteja livre de qualquer apoio, dentro ou fora do partido. Certamente, tais eleitos se distinguem na arte de reproduzir uma certa lei de ferro da oligarquia (MICHELIS, 1971) no interior de sua formação. Isso não equivale, de maneira alguma, a agir sem pactuar com a influência dos grupos sociais que os levaram ao poder. De fato, para se manterem nas posições políticas que ocupam, os eleitos de direita são obrigados a fazer um trabalho constante de ativação dessas redes. Isso depende da qualidade e da duração de sua liderança. Em cada um dos territórios, o substrato partidário que esses grupos mais ou menos formais representam, dentro e fora dos limites *stricto sensu* da organização partidária, age sobre os eleitos como tantas associações diante das quais é necessário se explicar e merecer o papel de porta-voz. Nesse sentido, se os eleitos desfrutam de independência, estrategicamente falando, é ao custo de um longo trabalho de distanciamento, mas também, paradoxalmente, da incorporação das redes sociais que lhes são ideologicamente próximas. Esses recursos coletivos ou são mantidos dentro do partido, com o objetivo de conservar consigo o monopólio da representação partidária, de evitar ser posto em minoria, ou são deixados fora do partido para se autorizar a apresentarem-se legitimamente como os menos partidários de todos os concorrentes no jogo político, como os mais abertos ou os mais desinteressados, distante, na escala das virtudes políticas, em relação aos homens ditos “de aparelho”. Mas, de resto, vemos bem que, para não ser “aparelhado” demais, importa a esses profissionais da política trabalhar no “desaparelhamento”, mesmo que consagrando o tempo a dominar o aparelho para conter seu crescimento burocrático!

Assim, colocando de outra maneira a questão das instâncias da legitimidade e da elegibilidade dos eleitos da direita moderada – ou do centro,

os centristas –, percebemos bem que falar de “notáveis” ou de eleitos independentes é mais do que redutor. Sem querer negar a singularidade desses profissionais da política, nem a de sua identidade partidária, da qual uma das características é a negação da dimensão partidária de sua empresa, podemos apenas, no entanto, incitar os politólogos a conduzir a seu propósito as investigações sociológicas técnica e teoricamente comparáveis àquelas já feitas sobre o Partido Socialista, por exemplo¹². A sociologia dos partidos políticos tem o dever de estar atenta a eles e de objetivar o conjunto de associações, de partidários ou parapartidários que os cercam, por falta do qual eles aparecem como os “monstros antropológicos”, sem recursos e sem capital social, para além de um “além” que não seria o campo político. Isso dito, nossa intenção não é de regressar ao geral e de apagar tudo o que se relaciona à sua especificidade de eleitos e de partidários. Pois, uma vez que dissemos tudo o que eles deviam ao conjunto das instituições com as quais e contra as quais eles fundam sua liderança partidária, o enigma que paira sobre as razões de seu individualismo, que alguns qualificam de “congenito”, deve ainda ser desvelado. Uma vez mais, é estudando a natureza da instituição partidária de que eles se investiram que podemos responder a essa interrogação.

A ilusão de ser um “self-made”

Tudo, ou quase tudo, nos modos de agir dos eleitos centristas evoca sua singular autonomia. A burocracia do partido, com a qual se relacionam, é pouco desenvolvida, não está, com efeito, em estado de impor regras-padrão a seus membros, não “forma” os quadros do movimento, não toma sob sua responsabilidade a elaboração e a difusão de uma ideologia para enquadrar as atividades partidárias, e não intervém de maneira alguma na construção das biografias militantes. Na maior parte do tempo, as decisões são tomadas a portas fechadas, e os militantes são expressamente convocados a validar as decisões tomadas primariamente. Em cada uma das federações, a probabilidade de uma contestação da liderança é mais do que ínfima, comumente; como “por acaso”, os membros designam por plebiscito os eleitos que os representam, inclusive quando esses últimos fomentam uma cisão de maior ou menor importância ou quando divergem ostensivamente em relação à linha

¹² Ver, a esse respeito, Sawicki (1997).

do partido. Também, para quem observa regularmente essa organização, o nível de risco, isto é, o clima de dissenso, do mesmo modo que as ameaças permanentes de saída brandidas por tal ou qual dirigente, é particularmente elevado. Enfim, a disciplina partidária é quase inexistente, e os pequenos arranjos entre eleitos, entre componentes e entre grandes eleitos locais são a regra. Se temos em mente os trabalhos sobre o Partido Comunista de outrora, podemos afirmar sem rodeios que a UDF, como hoje o Modem e o *Nouveau Centre*, não são, absolutamente, “partidos de aliciamento”. Devemos, todavia, concluir a propósito que seus eleitos são a realidade do partido apenas para eles? Ainda aí, é necessário se desprender dessa tentação explicativa. Pois essa independência dos dirigentes está ligada tanto àqueles que são os eleitos da direita e do centro como à estrutura dos partidos que os fizeram porta-voz. Uma das características dessas organizações permitirá mostrá-lo.

Vimos mais acima que o *cursus honorum* dos dirigentes da direita e do centro, à exceção da UMP, tinha de particular o fato de que era caracterizado por uma carreira iniciada pelos feitos dos brasões sobrevivendo no contracampo do jogo político, para se abrir pouco a pouco aos engajamentos e às adesões partidários. Somente uma pequena parte dos dirigentes foi precocemente iniciada às regras da organização política para estar engajada cedo o bastante nos agrupamentos de jovens controlados de perto ou de longe pelos partidos da direita. O que quer que sejam, todas essas entradas na instituição partidária foram marcadas pelo selo da improvisação. A aculturação partidária, por falta de densidade organizacional suficiente, realizou-se por tentativa e sem real apoio burocrático. Desse ponto de vista, os mais antigos dentro do partido conheceram as mesmas provas iniciáticas que aqueles que se reuniram mais tarde à organização. Todos se reuniram ao partido, descobrindo, contrariamente ao que se esperava, um universo de regras relativamente frouxas, em formações sem reais recursos financeiros e materiais. Para endossar o papel de dirigente, ainda que localmente, esses candidatos ao ofício político foram conduzidos a fazer face às situações de penúria tanto humanas como logísticas e a compensá-las, às vezes devendo importar seus próprios recursos militantes, mas também se encarregando de organizar, com o que a situação oferecia, as federações que os acolhiam avaramente. A improvisação que a instituição partidária impõe transforma esses homens em verdadeiros factótuns encarregados tanto do trabalho de animação como daquele da manutenção partidária usual. Essa ascensão dentro do partido, então, é realizada

em condições administrativas e financeiras das mais precárias, em que tudo funciona como se não houvesse nem meios a bordo, nem piloto no avião. Esse tipo de percurso, semelhante, de certo modo, àquele dos criadores de empresas confiados a si mesmos e que fazem a experiência da tomada de risco, tem qualquer coisa que destaca o autodidatismo da instituição. Podemos acrescentar, para continuar a nos inspirar no mundo empresarial, que para esses responsáveis políticos há uma semelhança com os “novos ricos” que o mundo dos negócios consagra periodicamente. Os tempos laboriosos que desembocaram no sucesso não são esquecidos. Isso constitui seguramente um orgulho que propaga a ideia de que são merecidas todas as honras aferentes à função de dirigente, e por muito tempo, mas também o ressentimento face ao partido, culpável, segundo eles, de tão pouca atenção. Consequentemente, é sempre com o sentimento de ter tido de “fazer tudo ele próprio”, de ter estado tão só, “com sua coragem como única arma”, que esses atores políticos forjam para si uma vocação partidária. A oligarquia conduz, aqui, à oligarquia, raras são, nesse caso, as sucessões de um líder por outro que não se operam assim, brusca e solitariamente. Nessas condições que remetem efetivamente a um estado de predominância excessiva dos eleitos sobre os partidários de base, os novos dignitários do partido tiveram de galgar postos dentro do agrupamento ocupando um segmento da instituição deixado aparente ou efetivamente inexplorado por seus predecessores. Somente alguns militantes atentos e pacientes puderam servir sempre de testemunhas encarregadas de transmitir a memória do grupo¹³. É essa “iniciação de instituição” – para parafrasear o vocábulo de certos especialistas do Partido Comunista francês, preocupados em partir das relações institucionalizadas para compreender o sentido das práticas partidárias – ao “faça você mesmo”, que ganha uma dimensão iniciática decisiva. Paradoxalmente, entrar no partido como “notável” exige preencher todos os tipos de tarefas habitualmente reservadas aos membros de base. Dizer que esses começos foram marcados por certo desprendimento não significa que “o partido” não esteja de alguma maneira na promoção de eleitos centristas. Ora, os numerosos saberes e *savoir-faire*, as astúcias do ofício político, as investidas, a marca e os arquivos dos militantes têm como ponto de partida o centro partidário; eles vão do centro às federações, do centro aos recém-eleitos.

¹³ Para um estudo das alternâncias nas federações da UDF, pode-se reportar a nosso artigo: Fretel (2004b).

Assim, a entrada dos dirigentes ou dos futuros dirigentes no partido se caracteriza ao mesmo tempo como um período em que o líder deve se armar de coragem para recolocar em funcionamento uma seção partidária esvaziada, em que deve convidar alguns de seus companheiros de vida associativa a reunirem-se à sua volta para aumentar as fileiras de sua formação política, mas também como um tempo em que é frequentemente necessário se comportar como um humilde agente que saiba executar as “obras inferiores”. Não é preciso se surpreender, então, de ouvi-los dizer que a política, no que lhes diz respeito, é um verdadeiro sacerdócio. Para retomar os termos de Daniel Gaxie (1977, p. 123-154), podemos formular a hipótese altamente provável de que, porque não há retribuição propriamente dita visivelmente atrativa, nem efeito “sobrerregenerador” já na adesão à organização – isto é, um “combustível” suscetível a gerar uma sobrecarga de energia a serviço do partido –, a filiação dos eleitos, a passagem ao ato que os conduz a esses movimentos políticos desprovidos de coesão, é vivida como uma devoção de si, distante da fórmula do “é dando que se recebe”. Essa maneira de se iniciar na instituição leva a considerar o partido como frágil, precário, e mesmo perigoso; além disso, ela predispõe os eleitos que superaram as principais etapas que levam às funções eletivas a forjarem um mito, para si e sobre si, do dirigente heroico. Por ter tido de suprir as carências da organização, não pode surpreender que eles pretendam ser os novos proprietários do lugar. Estamos aqui em presença de uma figura de eleito e de responsável pelo partido totalmente invertida em relação à maneira como, em outras organizações, ou em outros tempos, os militantes se tornam, após muitos ritos de consagração e após diversos tempos de formação, dirigentes em seus partidos ditos de massa. Daqui, decorrem dois sentimentos que poderiam parecer contraditórios e que explicam por que esses eleitos experimentam, igualmente, uma verdadeira injúria de se ver qualificados como “notáveis”: ao mesmo tempo em que eles têm em mente o fato de terem se imposto apesar da inércia própria ao partido, em outros termos, de terem partido do nada, eles são convencidos de terem entrado no partido de maneira totalmente desinteressada, a tal ponto a organização parecia não ter nada a oferecer. Este último ponto os encoraja a considerar que eles não têm nada em comum com os habituais profissionais da política, aqueles homens de partido para quem o aparelho foi como que uma mãe adotiva.

Nós pensamos ter aí um parâmetro importante para compreender os partidos da direita não-gaullista e do centro, na medida em que esses dois fatores – disposições anteriormente adquiridas e experiências partidárias realizadas no confronto com um tipo determinado de instituição – permitem perceber dentro de um mesmo movimento aquilo que produz unidade – *o ethos centrista ou de direita* – e aquilo que provoca, no campo das direitas, senão a heterogeneidade, ao menos os movimentos constantes de dissensão – a mísera e “solitária” descoberta da instituição que se predispõe a manter-se à distância dos jogos partidários. É esse traço comum a todos que pode, ao menos em parte, explicar as dissidências dentro do partido; é nessa relação com a instituição que podemos ver por que o “girouettisme”¹⁴ é mais frequente do que em outro lugar. Por mais paradoxal que isso possa parecer, é preciso avaliar o que todos os comportamentos “anti-institucionais” devem à instituição dentro da qual eles se exprimem, isto é, à força da objetividade que é a natureza do partido¹⁵.

Vejamo-lo bem: as tipologias, porque muito frequentemente grosseiras, desviam-nos de uma atenção particular sobre aquilo que o agrupamento “faz” a seus membros, inclusive quando aquele se apresenta como uma associação particularmente frouxa. E, se o sociólogo deve classificar os fatos partidários sob a ótica de um trabalho comparativo cuja legitimidade, evidentemente, não seja contestada, mais do que identificar as propriedades genéricas abstratas em que o partido, os dirigentes e os militantes estão dissociados, seria uma boa ideia ter em mente o cuidado de estabelecer paralelos entre as ordens institucionais mais ou menos semelhantes. Por ter sabido resistir a “agrupar” nossas realidades partidárias em um ou outro modelo padronizado, tivemos a sorte sociológica de nos manter a certa distância dos modos de pensamento nos quais, infelizmente, as “cópias fazem pleonasma com o real” (BOURDIEU, CHAMBOREDON e PASSERON, 2005, p. 75).

Os militantes de direita existem?

Retratar tão grosseiramente os eleitos de direita ou de centro como “notáveis” não é o único dano que a sociologia dos partidos políticos causou.

¹⁴ Para um aprofundamento sobre o que chamamos “girouettisme”, ver Gaiti (2001, p. 17-42). (N. T.: *girouettisme*, em francês, indica o ato de mudar constantemente de opinião.)

¹⁵ As recomendações de Jacques Lagroye (2002) nos foram mais do que úteis para tentar “escapar do duplo risco do sociologismo mecanicista que postula o efeito imediatamente operatório de ‘determinismos extrínsecos e instantâneos’ e de um subjetivismo (ou de um intersubjetivismo) espontaneísta que deseja ver apenas a liberdade reflexiva do ator na produção de seus atos”.

Uma vez mais, parece-nos que tanto a partição duvergeriana como seus usos ulteriores propagaram a ideia de que o militantismo era propriedade das formações de esquerda. E o exame dos trabalhos sobre o engajamento partidário não deixa restar dúvida alguma sobre o assunto. O extraordinário desequilíbrio entre aquilo de que dispomos como materiais de pesquisa sobre o militantismo de esquerda e sobre a de direita fornece um índice indiscutível de pressupostos segundo os quais a direita – ou as direitas – não forneceriam nenhum contingente voluntário dessa espécie de capital partidário que são os membros dos partidos políticos. Porque dissemos que essas formações conservadoras repousam unicamente sobre os ombros de seus eleitos, mas também que elas reuniam principalmente as frações mais burguesas da população – outro subentendido frequentemente veiculado pelo termo “partido de notáveis” –, significando da mesma maneira que a riqueza é contrária ao virtuosismo militante, as direitas francesas teriam uma grande propensão a tomar partido sem partidários. Ora, também aqui, é forçoso dizer que precipitamos demais as coisas. As direitas, sejam elas gaullistas ou moderadas, pertençam ao passado¹⁶ ou ao nosso presente, tiveram e têm militantes. Pouco importa, aqui, por qual noção queremos identificar aqueles que endossam o papel de sustentáculos mais ou menos ativos na defesa das causas e das estratégias levadas pelo partido, e isso sem contar que as palavras utilizadas correntemente pelos cientistas políticos nem sempre convêm aos membros da direita. Sem dúvida, o enorme foco sobre o partido *stricto sensu* que a noção de partido de massa induziu não apenas levou os especialistas a crer que os partidos de direita não apresentavam densidade física e moral suficiente para que observássemos sua vida militante intrínseca, mas também desviou a atenção do observador sobre o que se passa na órbita das mobilizações que o partido circunscreve.

Nossos trabalhos sobre os militantes da UDF (FRETTEL, 2004c) nos levaram a evitar toda espécie de nominalismo a propósito da descrição de seus engajamentos, mas também a abrir o foco o máximo possível para abarcar toda a dimensão do que “militar” quer dizer para eles. Também aqui, o que se passa dentro e fora do partido é primordial, especialmente porque seu multiposicionamento, seu multiengajamento, político e não político, pareceram-nos do mesmo modo essenciais para perceber que nada pode

¹⁶ Parece que vários historiadores contemporâneos não foram atingidos pela mesma cegueira (cf. SIRI-NELLI, 2006).

ser compreendido se não fizermos o esforço de acompanhar os membros ao longo de sua carreira militante e se não nos dermos conta do espectro de suas atividades voluntárias; tantos ires e vires entre “o político” e “o social” indissociáveis uns dos outros, *em realidade*, dentro daquilo que fundamenta suas razões de agir.

Além disso, os membros centristas têm de particular o fato de que os caminhos de sua adesão se revelaram mais que incertos, frequentemente sinuosos¹⁷, sujeitos, de qualquer maneira, a numerosas interrogações existenciais (FRETEL, 2004c). Também pareceu-nos útil, para a compreensão do que eles são social e politicamente, precisar que raros são, entre eles, os que nada fizeram de diferente, em matéria de militância, do que aderir à UDF. Dito de outro modo, nessa organização, a multiadesão é moeda corrente, e é mesmo coconstitutiva do *ethos militante*. A dimensão heurística de nossos resultados na perspectiva de uma reflexão sobre o militantismo na direita e no centro dentro dos partidos políticos repousa, assim, sobre várias dimensões de suas maneiras de agir que gostaríamos de agora discutir.

Distanciamento do partido

De um lado, porque os membros centristas têm em comum o fato de ter estado e/ou estar mais ou menos expostos ao enquadramento da instituição católica, é necessário explicar as tensões contraditórias das quais eles são objeto antes e durante a adesão ao partido. Desse ponto de vista, a vontade ou a necessidade de se engajar é fortemente contrabalançada, assegurada mesmo, por uma cultura antipartido que eles adquiriram no momento de sua socialização religiosa. Esse elemento nos parece essencial para avaliar, primeiramente, o estado das motivações que provocam a adesão ao partido. Falamos de fenômeno “paradoxal” para exprimir duas dimensões indissolúveis de seu engajamento: a primeira, que subentende a necessidade de se engajar e de se realizar na atividade partidária, remete à vontade de ir o mais longe possível em matéria de transformação do mundo, inclusive se essa exigência leva a vestir os hábitos do partidário; a segunda decorre da desconfiança, e mesmo do desgosto, face às lutas políticas e, sobretudo, partidárias, as quais são acusadas de acentuar a divisão, o fanatismo e a arbitrariedade entre os homens. Para dizê-lo de outra maneira, esses membros, em razão

¹⁷ O Evangelho, no qual muitos militantes da UDF encontram às vezes inspiração, diz que “Deus escreve reto por linhas tortas”, o que se aplica bastante bem a propósito deste percurso.

de seu *ethos católico*, são como que lançados, apesar de si mesmos, nesse dilema sem solução que o militantismo de partido lhes instala. Notemos, e isso não pode ser negligenciado para a compreensão das instâncias de seu engajamento, que essa ambivalência é, ao mesmo tempo, um freio e um motor de seu desejo de tomar partido. Um dos efeitos, ou uma de suas expressões, é o fato de que, quanto mais eles manifestam *distanciamento* em relação à organização política, melhor eles vivem as motivações que os levam a militar.

Sublinhar esse aspecto abre novas pistas para avaliarmos as razões de seu engajamento. Em primeiro lugar, convida a interrogar sobre certo número de seqüências através das quais as formas de inibição puderam ser ultrapassadas. No caso dos militantes centristas, é evidente que as palavras de ordem da instituição eclesiástica contam tanto quanto a relação única de necessidade entre os aderentes que eles são e o partido para o qual eles vão. Evitamos, desde então, ler com demasiado anacronismo os caminhos da adesão, interpretando-os como percursos lineares em que conta apenas a vontade de se fazer parte do jogo partidário. Parece-nos aqui essencial considerar a adesão como uma “escolha-limite” efetuada, como dizemos comumente, sobre o fio da navalha. Certamente, como o diz Pierre Favre, “o mundo passado e presente, naquilo em que veio a ser, é integralmente determinado e integralmente passível de ser conhecido pela ciência” (FRAVE, 2005, p. 63-64). Portanto, porque esse passado, fatalmente, não foi percorrido, porque ele foi pontuado por seqüências de imprevistos¹⁸, porque ele ressurgiu de certa maneira quando remontam essas interrogações lancinantes sobre a compatibilidade entre um ideal humanista e/ou religioso e o que é visto como relevante na política (ou na “politicagem”) mais particularista e instrumentalista¹⁹; esse passado não está completamente passado, e os dilemas que o balizaram anteriormente remontam à superfície sem fim e sem remédio. Essa característica conduz os partidários a cultivarem essa forma de distanciamento de que já falamos, mas também a elaborarem um engajamento intermitente em que a alternância entre *exit*, *voice* e *loyalty* é assumida, apresentada como uma arte de existência. “Sair de campo” – gos-

¹⁸ Retomamos por nossa conta o que Jacques Lagroye (2009) entende por “imprevisto”, a saber, aquilo que é “irredutível a um encadeamento inevitável”.

¹⁹ No original, “politique politicienne” – o substantivo e a forma feminina do adjetivo diferem em francês, o que não ocorre em português, impedindo o jogo de palavras. Nesse sentido, “politicagem”, por conotar uma dimensão menos “nobre” e universalista – e mais instrumental e particularista – do ato político, se aproxima da ideia expressa pelo autor (N. T.).

tam de dizer os que se licenciam do partido, não tanto por desgosto, nem por desencantamento, mas porque é tempo para eles de fazer política por outros meios, “de colocar as coisas em palavras”, partir para melhor regressar, de alguma maneira, são modalidades correntes de adesão. Essa dimensão, que é, às vezes, analisada como um engajamento menor cuja causa estaria somente no militantismo burguês, é uma gramática correntemente seguida. Teremos compreendido: falar de burguesia, a seu respeito, pode certamente ajudar a situá-los social, cultural e economicamente em um espaço social de posições muito esquemático. No entanto, a utilidade é quase nula no que diz respeito à caracterização de seu *estilo* militante. Tudo ou quase tudo resta por fazer em matéria de sociologia do militantismo partidário nos meios abastados.

Precisemos agora que esse *habitus partidário* específico apresenta essa característica interessante de estar em *relação de afinidade* com a forma do partido. Que peguemos o caso da UDF, do *Nouveau Centre* ou do Modem, pelo fato de suas histórias institucionais marcadas por seu caráter compósito e/ou confederativo, mas também porque seus eleitos não cessam de privatizar o capital partidário em vias de constituição para as necessidades de suas aventuras pessoais, todas essas formações apresentam uma estrutura partidária atrofiada que convém a cada um dos membros. Esse *laisser-faire* organizacional é o *design* que convém tão bem ao conjunto dos membros. Como ele se opõe perfeitamente às organizações em que as arregimentações ou, de maneira mais eufemística, a disciplina de partido, são a regra, a elasticidade das regras do jogo partidário traz a garantia de uma liberdade fundamental. É nesse clima partidário moderado que o *ethos centrista*²⁰ se sente respeitado e protegido das agressões burocráticas.

Porque não queremos sucumbir à tentação de dizer que essas formações não são “gangas vazias”, como isso muitas vezes já foi dito por falta de não se ter sabido interrogar, senão de maneira quantitativa, a aparente atonia da vida partidária, revela-se vantajoso estar atento à ecologia militante na qual se realizam essas mobilizações partidárias. Assim, em segundo lugar, analisar os percursos militantes como tantos percursos atravessados simultânea ou alternativamente por outras histórias militantes anexas e conexas,

²⁰ Por outras razões que aquelas relativas à cultura católica, parece que o medo da arregimentação é, ainda hoje, um poderoso *leitmotiv* para os novos membros do Modem. Isso é particularmente verdadeiro em relação aos antigos militantes do Partido Socialista que não cessam de dizer que se reuniram ao partido centrista por causa do excesso de regras e da administração que existe na rua de Solférino [rua onde se encontra a sede do Partido Socialista, em Paris], da mesma maneira que em suas federações.

como existem em determinada associação paroquial, determinada estrutura sociocultural, caritativa ou humanitária, é se mostrar atento a todo o espaço dos engajamentos possíveis, sejam eles partidários ou não partidários. Isso leva necessariamente a repensar o perímetro do engajamento partidário e se dar conta dessas existências plurais e indivisíveis. Tudo leva, então, a repensar as definições e os conceitos da atividade militante dos partidos políticos, na medida em que a organização *stricto sensu* não esgota somente em si as ações coletivas que ela suscita e em cujo seio acolhe.

Por consequência, só podemos ser prudentes em relação a esse subentendido que faz da adesão “adesiva” – implícita aí a adesão a mais “cronófaga”, a mais “apoiada”, a mais voluntária, em suma, a mais fundamentalmente militante – um padrão de medida. Vemos bem aqui como, após termos tomado conceitualmente a gesta do militante comunista como medida de tudo na sociologia do militantismo partidário, aquela com que o Partido Comunista sonhava ao ponto de fazê-la surgir, juntamos essa esquematização a outras manifestações, fazendo delas, injustamente, versões degradadas de engajamento. Dito de outra maneira, se os partidários de direita não resistiram à comparação facial que se lhes quis infligir com o Partido Comunista, não é porque eles tinham fabricado um militantismo menor, mas porque eles “inventaram” outra coisa com a qual aprenderam a lutar no seio de sua organização. Contrariamente a esses pressupostos, aqui as deserções mais ou menos duráveis, os retornos após dois ou três anos de ausência, a adesão sem cotização, estar sem estar completamente, cotizar sem estar fisicamente, podem, certamente, ser tomadas como modalidades eventuais de um investimento mais ou menos elevado dentro das atividades do partido, mesmo se, nesse caso particular, nada pareça tão simples na matéria (LEFEBVRE, 2004), mas elas também podem ser vistas como tantos atos possivelmente presos a outras formas de engajamentos não partidários, as quais estão suscetíveis a reforçar, suspender ou relativizar o desejo de se mobilizar dentro da organização política. Nesse caso particular, nada é mecânico, tudo deve ser compreendido *in situ*. Estudar as práticas militantes clama, então, a entrar no universo mosaico da economia geral do engajamento dos indivíduos, e mesmo na economia *tout court* da existência individual e coletiva dos agentes sociais.

Quando tentamos, assim, considerar as características desses militantes de direita ou de centro-direita, é mais do que necessário recorrer a uma definição a mais ampla possível das organizações políticas. Não para diluí-

las num conjunto mais vasto de atividades sociopolíticas, o que arriscaria a nos afastar da empresa de compreensão dos partidos políticos enquanto tais, mas para inscrevê-los no cerne das configurações nas quais eles tomam forma e sentido, nas quais os membros os conformam à sua maneira. É a esse preço que podemos medir o enraizamento das organizações políticas, as redes que os irrigam, direta ou indiretamente, mas também os modos de governo partidário que os caracterizam. A sociologia do militantismo, que não pode viver sem uma reflexão constante sobre o que são as instituições que a conformam em um dado momento da história política e social, não pode escapar a esse quadro de análise, a menos que reduza a análise a uma simples exploração mais ou menos curiosa.

Retribuição das carreiras militantes

Estas poucas precisões, que visam a dar conta, o mais genericamente possível, da realidade do militantismo na direita e no centro, e a desenhar igualmente um pano de fundo que coloque também em evidência como o militantismo partidário pode se revestir, levam-nos a fazer certo número de comentários a respeito dos usos rotineiros das teorias – ou conceitos – sobre o militantismo. Lembrar essa dimensão inevitavelmente complexa do militantismo é, primeiramente, ao que parece, tentar nos proteger das “teorias pré-fabricadas” que enunciam que o militantismo contemporâneo, como o conjunto das atividades sociais, entre as quais não escapariam nem a família, nem o trabalho, nem a religião, seria afetada por amplos e inexoráveis processos de individualização. O sinal tangível desse avanço sem limite da individualização aplicado aos partidos políticos seria a depreciação do engajamento coletivo e o fim tendencial da adesão sem concessão²¹. Sob risco de passar muito rapidamente sobre essas teses e de atribuir a seus autores o que eles precisamente não enunciaram, exporemos somente o fato de que, se resta a demonstrar com mais argumentos e esforço de historicização que a reflexividade dos indivíduos, o deslocamento nas relações sociais entre o *eu* e o *nós*, que tem por base o desinteresse para com a coisa pública, são tão recentes e tão crescentes (CORCUFF, ION e DE SINGLY, 2005), em matéria de atualização do encadeamento causal, de que o “militantismo *post-it*” seria o efeito e o individualismo a causa, tudo ou quase tudo permanece por

²¹ Para ter um resumo dos argumentos dos partidários dessa linha crisológica, ver Perrineau (1994) ou Ion (1997); Ion (2005).

validar²². No caso da direita, temos a convicção de que esse desvio pelas vias frequentemente sinuosas e ambivalentes da adesão põe em suspenso, até nova ordem, uma série de explicações nunca demonstradas até aqui e que descrevem os militantes de direita – tidos, além disso, desastrosamente, por “burgueses”²³ – como pouco inclinados ao engajamento²⁴, muito distantes das lutas partidárias e ávaros de tempo para fazer de seu pertencimento partidário um esforço de todos os instantes.

Os especialistas do militantismo o terão sentido, sem nunca o dizer explicitamente – nós buscamos tirar vantagem de tudo o que as abordagens contemporâneas sobre o engajamento trouxeram de novo. É evidente, por exemplo, que os trabalhos que recorrem à noção de *carreira* foram para nós fontes de inspiração. O mérito dessa “nova onda” epistemológica é que ela incita a se instalar dentro das perspectivas de pesquisa que fazem da adesão a tal ou qual organização um fato social total que não pode se limitar somente à exploração das arenas partidárias. Sem nos voltarmos em detalhe ao programa de pesquisa que o recurso a uma tal noção implica, convém sublinhar que falamos em considerar, ao mesmo tempo, a história social dos indivíduos, as histórias coletivas nas quais eles estão inseridos, bem como os efeitos cumulativos e cruzados dessas histórias sobre seu destino individual²⁵. A ideia subjacente, se seguirmos os promotores dessas opções teóricas e metodológicas, é a de fugir de um estudo unidimensional da adesão. Se fizermos um breve inventário dos estudos que se inspiraram nessa grade de análise, infelizmente, os partidos políticos são abandonados empiricamente em benefício de atores associativos tais como aqueles que circunscrevem o campo do Altermundialismo, entre outros. Duas observações principais merecem ser feitas, para terminar. Essas abordagens recentes em termos de carreira, que estão longe de ter esgotado todas as vantagens possíveis que delas

²² Ler a obra parcialmente cética sobre o caráter recente dos fenômenos de distanciamento dos militantes face a suas organizações: Brodiez (2006).

²³ Outro clichê dos estudos sobre a direita, os militantes seriam não apenas majoritariamente burgueses, mas ainda esses burgueses, cujo *habitus* militante não nos diz nada, estariam na maior parte do tempo renitentes ao engajamento político e social. Para nos dissuadirmos disso, poderemos nos reportar ao conjunto dos trabalhos de Michel Pinçon e Monique Pinçon-Charlot (especialmente PINÇON e PINÇON-CHARLOT, 2007).

²⁴ Ver, entre outros, o que dizem Bréchon (1999) e Ysmal (1989).

²⁵ É o que Fillieule (2001) chama de “análise processual”, ou que Sawicki e Siméant (2006) recomendam sob outras formulações.

podemos esperar²⁶, podem ser consideradas como vias alternativas e complementares à sociologia das retribuições do militantismo (GAXIE, 1977)²⁷.

Alternativa porque é verdade que uma leitura demasiadamente olsoniana do militantismo político se reduz, implicitamente, a uma tipologia que não diz seu nome, e, especialmente, porque esse modelo é inspirado, principalmente, em organizações muito estruturadas. Ademais, uma análise que tem como prisma o jogo das retribuições diz respeito, para retomarmos a oposição de Canguilhem, mais à mecânica que à cibernética, no sentido em que ela separa assaz distintamente o *retribuído* de seu *partido*, no lugar de buscar, analiticamente, juntá-los e pensá-los de maneira dialética. Se nós nos tínhamos inscrito dentro dessa perspectiva reificante em que o filiado e sua organização se encaram de forma estática, teríamos passado perto de duas dimensões fundamentais do militantismo de centro. Primeiramente, não teríamos podido apreender o que diz respeito ao virtuosismo ascético na maneira de se engajar dentro do partido, onde a ausência de retribuição faz parte daquilo que é buscado por uma boa parte dos membros²⁸. Esse interesse no desinteresse é apenas uma justificativa de práticas dificilmente confessáveis. Doar-se sem nada esperar em retorno, esperar que aquilo que é dado, sobretudo, nada reclame em retorno, esperar desde então que nada venha macular a beleza do gesto benévolo²⁹, são dimensões social e historicamente determinadas que a UDF, como outros movimentos, sem dúvida, desperta e recompensa sem recompensa. O devotamento não esgota, evidentemente, todas as dimensões do militantismo centrista. Mas ele é, em parte, irreduzível à busca de gratificação. A força motriz da dimensão moral do engajamento deve ser, senão pensada, ao menos questionada sociologicamente, exatamente como a alegria de doar seu tempo e sua energia pode ser tida, em resumo,

²⁶ Nós pensamos que a ciência política não tirou vantagem suficiente da noção de carreira, comparado ao que é feito em sociologia, como é o caso do estudo de Darmon (2003).

²⁷ Ver, também, do mesmo autor: Gaxie (2005, p. 157-188).

²⁸ Sublinhar a importância da *devotio* em certo número de militantes não significa que não haja nunca atos suscitados ou recompensados por tal ou qual iniciação seletiva. Aquilo contra o que queremos nos colocar em alerta é esse questionamento sociológico que tem apenas como único objetivo o de pôr em dia aquilo que remunera material ou simbolicamente o engajamento dos indivíduos. Nossa proposta, aqui, consiste somente em dizer que também existem, dentro das organizações, atos realizados inutilmente, que existem subespaços que têm “leis fundamentais diferentes, irreduzíveis, e que são o lugar de formas particulares de interesse” (BOURDIEU, 1994, p. 160).

²⁹ Não estamos longe do mito do “bom samaritano” que Boltanski (1993) considera como a parábola do dom absoluto.

como primordial³⁰. Também convém acrescentar que as retribuições só existem no nível daquilo que os membros da organização querem e podem lhe dar indiretamente. Como se esforçam por fazê-lo na economia desde François Quesnay, a organização política deve ser, por consequência, apreendida como um *circuito* em cujo curso se criam e se distribuem as riquezas partidárias. O *sobretabalho* que os dirigentes das formações políticas podem repartir sob forma de retribuição tem por origem, em verdade, o labor dos membros! Ora, todos os partidos políticos não têm tanto a oferecer. Há casos em que a condição do investimento militante repousa sobre o fato de que o agrupamento não dispõe de recursos suficientes, de meios de coerção e de capital burocrático. Cada qual temendo que “demasiada estrutura” não os obrigue e não os prive de liberdade³¹. É preciso lembrar que nem sempre os militantes buscam aquilo que tem preço (ZUNIGO, 2003), mesmo que possamos formular a hipótese altamente provável de que essa maneira de se dar ao partido “sem contar” seja tão mais cômoda de realizar, que aqueles que se dispõem a dar de si mesmos são em geral de classes privilegiadas.

Salientar os limites que uma sociologia do militantismo apresenta, vistos sob o ângulo das retribuições que aí se fazem, não significa estar a ponto de dispensá-las por completo. Essa sociologia econômica pode ser complementar à noção de carreira. Além de isso permitir prestar atenção às gratificações, à atração do ganho ou à busca das honras, essa problemática obriga o pesquisador, com efeito, a interrogar o funcionamento das instituições partidárias – a se recolocar no centro dos mecanismos institucionais –, a atualizar seu modo de governo e a perceber quais processos (re)têm os agentes sociais em um dado contexto; o que as perspectivas em termos de carreiras militantes, logicamente, tendem a minorar. Essas últimas, tomando a marcha mais ou menos contínua dos militantes, percebendo as etapas consequentes que desembocaram no engajamento militante, e o que cada uma das etapas provocou como novo embaraço e nova oportunidade por vir, fazendo, enfim, dessas vidas militantes plurais a unidade de tempo e de lugar a partir da qual se esclarece o militantismo, tendem a não ver com acuidade suficiente o que há de essencial no cerne das instituições de que falamos. Sem dizer que

³⁰ Sobre o que convém para nomear a alegria dentro da instituição, ver: Lagroye e Siméant (2003).

³¹ Essa característica não é somente visível na UDF, mas também em outras organizações não políticas, tais como a ATTAC (*Association pour la taxation des transactions financières et pour l'action citoyenne* [Associação para a taxação das transações financeiras e para a ação cidadã]). Ver Cruzel (2004, p. 135-163).

não apenas nós defendemos um uso alternado das noções de “retribuição” e de “carreira”, mas também e sobretudo para que a sociologia dos partidos políticos, do militantismo, entre outros, se inscrevam na problemática mais ampla da institucionalização do fato partidário, a saber, no quadro de uma sociologia que explora, por vezes, aquilo que destaca as regras, os papéis, as rotinas que fazem o partido, que são o partido – a instituição, de certo modo –, mas também aquilo que ressalta os múltiplos investimentos, esperanças, bricolagens, subversões e invenções cuja realização a instituição permite, enfim, o que faz o partidário, aquele que toma partido, aquele que se apodera da instituição para militar, na medida em que é apoderado por ela.

Assim, longe de afirmar que a sociologia dos partidos de direita é um domínio mais fecundo do que outros no que diz respeito à compreensão do militantismo, parece-nos que ela tem o mérito, transitoriamente, de quebrar as rotinas científicas e de romper a afinidade conceitual que existiu, por muito tempo, na ciência política, entre o estudo dos partidos políticos e as organizações de esquerda. Não há nada de revolucionário, cientificamente falando, a dizê-lo e a mostrá-lo. Isso é nada mais do que uma oportunidade para levantar considerações. Nós, aqui, quisemos somente mostrar que as classificações mais ou menos sofisticadas não devem, em caso algum, conduzir a querer dar a “boa definição” do que é um partido. Cada vez que nos satisfazemos com a aparição de uma nova tipologia, é necessário ter em mente tudo o que ela exclui de seu campo de análise *ipso facto*. É preciso, como nos convida a fazer Max Weber, utilizá-la como passagem ao limite de uma realidade que queremos cercar. Teríamos vontade de dizer, então, que uma boa tipologia é uma tipologia “que não funciona”, que não se compara totalmente ao real, e cuja incompletude é a fonte de conhecimento. O que quer que seja, pensamos que o horizonte analítico deve estar em um conjunto de questões que permitam compreender, ao final, de que maneira cada agrupamento partidário adquire pouco a pouco sua forma institucional e como suas atividades e seus atores aí se ordenam; que a “armadura” que os define, para retomar o termo empregado por Maurice Duverger, é ou não imponente. Nós apostamos, com efeito, que há sempre mais instituição – ou institucionalização – do que cremos ou do que vemos na realidade social e partidária, o que Durkheim chama “uma ordem de fatos que apresentam caracteres muito especiais: e consistem em maneiras de agir, de pensar e de sentir, exteriores ao indivíduo, e que são dotadas de um poder de coerção em

virtude do qual se impõem a ele” (DURKHEIM, 1983, p. 5-6). Os partidos de ontem, e mais especialmente as organizações do tipo “partidos de massa”, foram mostradas como instituições de empresa que apresentam uma certa “dureza” arquitetural; os de hoje, que alguns chamam de “partidos-cartéis”, ao contrário, são descritos como mais “líquidos” do que nunca. Os partidos políticos precisam, verdadeiramente, da análise sociológica, aquela que os vê como fatos sociais. É, de qualquer maneira, o aprendizado que tiramos de um estudo sobre a direita não gaullista que apresentava inicialmente todas as aparências das “gangas vazias”.

Referências bibliográficas

- AUCANTE, Yohann & DEZÉ, Alexandre (eds.). 2009. *Les transformations des systèmes de partis dans les démocraties occidentales: la théorie du parti-cartel en question*. Paris: Presses de Sciences Po.
- BOLTANSKI, Luc. 1993. *La souffrance à distance*. Paris: Métailié.
- BOURDIEU, Pierre. 1994. “Un acte désintéressé est-il possible?”. *Raisons pratiques*. Paris: Seuil.
- _____; CHAMBOREDON, Jean-Claude & PASSERON, Jean-Claude. 2005. *Le métier de sociologue*. 5^a ed. Berlin: Mouton de Gruyter.
- BRÉCHON, Pierre. 1999. *Les partis politiques*. Paris: Montchrestien.
- BRODIEZ, Axelle. 2006. *Le secours populaire français*. Paris: Presses de Sciences Po.
- CICOUREL, Aaron. 1979. *La sociologie cognitive*. Paris: PUF.
- CHARLE, Christophe. 1991. *Histoire sociale de la France du 19^{ème} siècle*. Paris: Seuil.
- CORCUFF, Philippe; ION, Jacques & DE SINGLY, François. 2005. *Politiques de l'individualisme*. Paris: La Discorde.
- CRUZEL, Elise. 2004. “Passer à l'attac’: éléments pour l'analyse d'un engagement altermondialiste”. *Politix*, v. 17, n. 68, p. 135-163.
- DARMON, Muriel. 2003. *Devenir anorexique*. Paris: La Découverte.
- DURKHEIM, Emile. 1983. *Les règles de la méthode sociologique*. Paris: PUF.
- FAVRE, Pierre. 2005. *Comprendre le monde pour le changer*. Paris: Presses de Sciences Po.
- FILLIEULE, Olivier. 2001. “Propositions pour une analyse processuelle de l'engagement individuel”. *Revue Française de Science Politique*, n. 1-2, p. 199-215.

- FRETEL, Julien. 2004a. "Militants catholiques en politique". Tese de doutorado. Paris: Université Paris 1. Disponível em: <http://www.geopp.org>.
- _____. 2004b. "Le parti comme fabrique de notables: trajectoires notablières". *Politix*, n. 65, p. 45-72.
- _____. 2004c. "Quand des catholiques vont au parti". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 155, p. 77-89.
- _____ & LEFEBVRE, Rémi. 2009. "Retour sur un lieu commun historiographique: la faiblesse des partis politiques en France". In: OFFERLÉ, Michel & ROUSSO, Henri (eds.). *La fabrique inter-disciplinaire*. Rennes: PUR.
- GAÏTI, Brigitte. 2001. "Les inconstances politiques". *Politix*, v. 14, n. 56, p. 17-42.
- GAXIE, Daniel. 1977. "Economie des partis et rétribution du militantisme". *Revue Française de Science Politique*, v. 27, n. 1, p. 123-154.
- _____. 2005. "Rétributions du militantisme et paradoxes de l'action collective". *Revue Suisse de Science Politique*, v. 11, n. 1, p. 157-188.
- ION, Jacques. 1997. *La fin des militants ?* Paris: Les Editions de l'Atelier.
- _____. 2005. *Militer aujourd'hui*. Paris: CEVIPOF/Autrement.
- KATZ, Richard & MAIR, Peter. 1995. "Changing models of party organization in party democracy". *Party Politics*, v. 1, n. 1, p. 5-28.
- LACORNE, Denis. 1980. *Les notables rouges*. Paris: Presses de la Fondation nationale des sciences politiques.
- LAGROYE, Jacques. 2002. "L'institution en pratiques". *Revue Suisse de Science Politique*, v. 8, n. 3-4, p. 1-34.
- _____. 2009. "Historicisation de la Science politique en France?". In: OFFERLÉ, Michel & ROUSSO, Henri (eds.). *La fabrique inter-disciplinaire*. Rennes: PUR.
- _____ & SIMÉANT, J. 2003. "Gouvernement des humains et légitimation des institutions". In: FAVRE, Pierre; HAYWARD, Jack & SCHEMEIL, Yves (eds.). *Être gouverné: études en l'honneur de Jean Leca*. Paris: Presses de Sciences Po.
- LEFEBVRE, Rémi. 2004. "Je quitte le parti socialiste tous les jours dans ma tête". Comunicação apresentada nas jornadas de estudo Vivre et militer dans les institutions, LASSP-Sciences Po Toulouse, 28-29 de outubro.
- OFFERLÉ, Michel. 1997. *Les partis politiques*. Paris: PUF.
- MICHELS, Robert. 1971 [1914]. *Les partis politiques*. Paris: Flammarion.

- MICHELAT, Guy & SIMON, Michel. 2004. *Les ouvriers et la politique*. Paris: Presses de Sciences Po.
- PERRINEAU, Pascal. 1994. *L'engagement politique: déclin ou mutation ?* Paris: Presses de la Fondation Nationale de Science Politique.
- PHÉLIPPEAU, Eric. 2002. *L'invention de l'homme politique moderne*. Paris: Belin.
- PINÇON, Michel & PINÇON-CHARLOT, Monique. 2007. *Les ghettos du gotha*. Paris: Le Seuil.
- PUDAL, Bernard. 2002. "La beauté de la mort communiste". *Revue Française de Science Politique*, v. 52, n. 5-6.
- RÉMOND, René. 1954. *Les droites en France*. Paris: Aubier.
- SAWICKI, Frédéric. 1997. *Les réseaux du Parti Socialiste*. Paris: Belin.
- _____ & SIMÉANT, Johanna. 2006. "Comment penser les continuités et discontinuités du militantisme". Trabalho apresentado no Colóquio international de Lille, junho.
- SIRINELLI, Jean-François (ed.). 2006. *Histoire des droites*. Paris: Gallimard (3 tomos).
- SORBETS, Claude. 1988. "Notables: quelques considérations sur l'usage de la notion", Trabalho apresentado no Congrès de l'Association Française de Science Politique, ST *Les élites politiques locales*, Bordeaux .
- TUDESQ, André-Jean. 1964. *Les grands notables en France (1840-1849)*. Paris: PUF.
- YSMAL, Colette. 1989. *Les partis politiques sous la 5^{ème} République*. Paris: Montchrestien.
- ZUNIGO, Xavier. 2003. *Volontaires chez Mère Teresa: auprès des plus pauvres d'entre les pauvres*. Paris: Belin.

Resumo

A análise dos partidos políticos, na França e na Europa notadamente, recaiu em certa rotina analítica. Uma das razões dessa rotinização deve-se ao fato de ela ter negligenciado o estudo de organizações que se distanciam dos modelos-típicos privilegiados nas abordagens tradicionais, mas também pelas tendências em voga, que esboçam, entre outras, a noção de cartelização. Colocar à prova esses modelos a partir da observação *in concreto* de organizações partidárias "atípicas", recorrer à noção de *instituição* para pensar as formações partidárias como universos vivos e não como *design* estáticos, por exemplo,

tais são as vias pelas quais pode-se apreender os partidos não pelo que eles deveriam ser ou não são, mas pelo que realmente são.

Palavras-chave: partidos políticos; teoria dos partidos; militantismo; direita; centro.

Abstract

The studies of party politics in Europe, and particularly in France, have fallen into a certain analytic routine. One of the reasons for this is the neglect in studying organizations that do not fit in the typical models privileged by traditional approaches. Also important in this sense is the tendency in fashion towards outlining, amongst other things, the notion of cartelization, or the political combinations or coalitions between parties. Submitting these models to verification in base of empirical observation of the “atypical” party organizations, as well as working with the notion of *institution* in order to think party formations as living organisms, are, for instance, the ways through which one could take political parties not for what they should be, or are not, or even no longer are, but exactly for what they are.

Key words: political parties; party theory; activism; right-wing; center.

Recebido em agosto de 2010.

Aprovado em outubro de 2010.

